FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL:

tecendo algumas reflexões

Reinaldo Oliveira Menezes[1]

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de tecer algumas reflexões sobre a formação profissional de Serviço Social e Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. Pois, o processo de formação profissional frente às mudanças significativas que ocorrem no mundo do trabalho, vem indicando surgimentos de novas questões sociais, que por sua vez, vem exigindo formação de profissionais com perfis diferenciados e com novas perspectivas de atuação. Deste modo, o respectivo trabalho pauta-se na pesquisa qualitativa, subsidiada pela pesquisa bibliográfica, com a finalidade de compreender e destacar o processo de formação profissional e as novas demandas. Entende-se que, a discussão da educação especial na formação profissional deve estar voltada para o fortalecimento da emancipação dos sujeitos sociais, bem como, o enfrentamento as todas as formas de discriminação, de preconceito e exclusão. Então, a partir destes elementos define-se o perfil do assistente social que se quer formar.

Palavras-chave: Formação Profissional. Serviço Social. Educação Especial.

Abstract

The present work aims to weave some reflections on the professional training of Social Service and special education from the perspective of school inclusion. For, the process of professional training in the face of significant changes that occur in the world of work, has indicated the emergence of new social issues, which in turn, has required the training of professionals with different profiles and new perspectives of action. In this way, this work is based on qualitative research, supported by bibliographic research, with the purpose of understanding and highlighting the professional education process and the new demands. It is understood that the discussion of special education in professional training must be focused on strengthening the emancipation of social subjects, as well as confronting all forms of discrimination, prejudice and exclusion. Then, based on these elements, the profile of the social worker to be trained is defined.

Keywords: Professional Formation. Social Service. Special Education.

[1] Assistente Social. Mestrado em Educação (2020) e Doutorando em Educação ambas pela Universidade Federal do Amazonas. Bolsista FAPEAM. email: reinaldo_bamn01@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação profissional frente às mudanças significativas que ocorreram no mundo do trabalho vem indicando surgimentos de novas questões sociais, exigindo formação de profissionais com perfis diferenciados e com novas perspectivas de atuação.

Na contemporaneidade a inserção do profissional de Serviço Social reconhecida pela Lei nº 13.935/2019. Com a sanção e publicação desta lei, que dispõe da presença do Serviço Social nos estabelecimentos de ensino da rede pública, impõe desafios na formação profissional de Serviço Social que devem ser superados no que tange a atuação profissional na educação, especialmente, o atendimento especializado para com os alunos com deficiências.

Deste modo, o respectivo trabalho tem como objetivo tecermos algumas reflexões sobre a formação profissional e sua relação com a Educação Especial na perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para darmos conta do objetivo do trabalho, a pesquisa pauta-se na abordagem qualitativa, apoiada pela pesquisa bibliográfica e documental, com o instituto de entendermos o processo de formação profissional de Serviço Social e sua inserção no campo educacional.

A pesquisa bibliográfica dar-se-á por meios das seguintes referências: Iamamoto (2009), Frois (2019), Silva (2013) e Lopes (2018) que vêm tratando da formação profissional, condições de trabalho e os desafios na contemporaneidade. No campo da Educação Especial e a realidade da educação inclusiva no contexto amazônico amazonense, especificamente, o quantitativo de matrículas de alunos com deficiências na rede pública de ensino, temos Matos (2008), Menezes e Simas (2020).

Quanto à pesquisa documento é realizada por meio do documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

3 TECENDO ALGUMAS REFLEXÕES: formação profissional e educação especial

A formação dos profissionais de Serviço Social deve estar fundamentada nas competências teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político, a partir de uma matriz curricular crítica, pluralista e comprometida com valores humanistas, sendo tal orientação definida pelo conjunto das representações da categoria, como da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), do Conselho Regional de Serviço social (CRESS) e pelas Diretrizes Curriculares para a Formação em Serviço Social, definidas pelo Ministério da Educação (MEC) (FROIS, 2009; LOPES, 2018).

Sabemos que, a formação profissional é um processo pelo qual a pessoa vai agregando conhecimentos teóricos e práticos acerca da realidade dos espaços sócio-ocupacionais. São nestes espaços que acumulamos ou temos a oportunidades de apreender de forma crítica a realidade social, tanto nas suas particularidades suas históricas quanto na sua totalidade.

As diretrizes curriculares para a formação profissional apontam para uma lógica de formação que articula em um conjunto de valores conhecimentos, competências e habilidades entendidas como necessários para qualificação do profissional assistente social na atualidade, ou seja, as diretrizes curriculares são afetadas “por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial” (ABEPSS, 1996, p. 5).

As transformações no mundo do trabalho e nos campos sociocupacionais implicam diretamente na formação profissional, e consequentemente na [re]elaboração de um currículo que seja capaz de promover a compreensão não só do significado da profissão, como a sua atuação frente as relações da produção e reprodução da vida social, que são determinadas pela a reestruturação produtiva, bem

como, pela "reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social" (ABEPSS, 1996, p. 4). Deste modo, a [re]elaboração do currículo profissional de Serviço Social deve estar em consonância com o projeto ético político da profissão, observando tais questões: a liberdade, o valor ético, a defesa e valorização dos direitos humanos.

Neste sentido, Lopes (2018, p. 20) destaca que "É preciso acrescentar a necessidade de um conhecimento mais amplo e aprofundado da qualidade de referido projeto, uma vez que este é um processo dialético, dinâmico, determinado pelas relações sociais [...]", por conta dos novos espaços de atuação para o Serviço Social, o campo de educação.

Os estabelecimentos de ensino na contemporaneidade a partir da década 1990 passaram por muitas transformações, por exemplo, a o sistema de ensino do Estado passou a receber pessoas com deficiências, povos indígenas, quilombolas e etc., por conta das lutas e reivindicações das minorias, que buscavam o direito à educação, sem que haja quaisquer preconceitos, discriminação e exclusão (MENEZES e SIMAS, 2020; MATOS, 2008).

Conforme o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

> O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de eqüidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 5).

Todo este processo é o movimento de educação para todos. O movimento da educação especial na perspectiva da inclusão, tem exigido do Estado escolas inclusivas e profissionais que atendam as expectativas e compreenda a nova realidade escolar devido o processo de inclusão destas demandas (MENEZES e SIMAS, 2020).

Esta exigência é devida ao reconhecimento do direito ao acesso à educação, provocando mudanças não só nas escolas para se adequarem para receber este público-alvo da política de educação especial. Nesta perspectiva, Borges (2015, p. 256-257), salienta que "A democratização da sociedade brasileira e, especificamente, a da educação, dar-se-á não apenas pela garantia de acesso à escola, mas também pela permanência na mesma e consequente sucesso do educando".

No entanto, Matos (2008, p. 40), afirma que,

> A inclusão é hoje mais que uma proposta escolar, é uma proposta social. Passa pela luta por uma escola para todos, passa pela importância de educar para a pluralidade, para a convivência numa sociedade diversificada, na qual o encontro das diferenças físicas, culturais, ideológicas, entre outras, é condição primeira para a transformação de toda uma sociedade.

Pensar a inclusão das pessoas com deficiências é pensar para além das suas limitações, considerando suas potencialidades para o saber-aprender. Isto é, o profissional de Serviço Social, necessita compreender todo esse movimento que estar acontecendo no âmbito escolar, é preciso conhecer quem são seus públicos-alvo, e quais são suas especificidades (MATOS, 2008; MENEZES e SIMAS, 2020).

De acordo com Menezes e Simas (2020), há um aumento significativo de matrículas no ensino regular por educandos que apresentam algum tipo de deficiências no estado do Amazonas. No quadro a seguir podemos observar estes dados, que mostram o quantitativo de educandos com deficiências da educação especial nas classes comum e especial.

Tabela 1 – Número de educandos com deficiências por Classes (Comum e Especial) no Amazonas

Tipos de Classes	ANO				
	2014	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Classe Comum	8.2265	9.243	10.380	12.344	14.644
Classe Exclusiva	2.592	2.496	2.905	2.812	3.041
Total	**10.857**	**11.739**	**13.285**	**15.156**	**3.041**

Fonte: Menezes e Simas, 2020, p. 382.

Podemos observar que nesses últimos cinco anos de 2014 a 2018, o número de matrículas na classe comum só vem aumentando, diante desta realidade, o assistente social precisa ter a compreensão acerca deste público-alvo incluídos na educação.

A escola deve ser aquele espaço que reconheça e reafirme as questões das diversidades existentes em seu seio escolar, enfrentando todo tipo de violência e exclusão do outro. Deste modo, o espaço escolar deve ser visto como "instituição necessária ao combate à violência, como formadora de indivíduos autônomo, democráticos e emancipados, *sem desconsiderar os limites da sociedade*" (COSTA, 2012, p. 92, grifo meu).

A inclusão deve estar para além do simples incluir o aluno com deficiência no âmbito escolar. A inclusão deve envolver a participação deste aluno em todo o processo de ensino-aprendizagem, da interação com os demais alunos, o convívio social, o enfrentamento da desigualdade educacional, combate à violência e a exclusão. Sendo assim, a discussão da educação na formação profissional, especificamente, a Educação Especial deve,

> [...] reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino que evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2008, p. 5).

Estas questões são pontos que devem ser contemplados no currículo profissional de Serviço Social. Pois a construção do seu curricular deve considerar para a além da matriz curricular da ABEPSS, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, a Política de Educação de Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional (LDBEN) etc., documentos que preconizam o direito à educação das pessoas com deficiências.

Conhecer estes documentos prescritivos e orientadores (Política de Educação de Educação Especial, a LDBEN, etc) no processo de formação profissional, é possibilitar ao futuro assistente social que ele o conhecimento de todo o sistema educacional brasileiro. Dando a ele a oportunidade de refletir e propor ações que esteja de acordo com seu campo de atuação e de acordo com a necessidade de sua clientela.

Pois, a atuação do profissional de serviço social na educação, sobretudo, atuação na perspectiva da inclusão escolar, tem como objetivo de:

> [...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Por isso, [re]construir um currículo de formação de Serviço Social articulado com a realidade escolar será um grande desafio, principalmente neste movimento da inclusão escolar. Pois o fazer profissional no que diz respeito a relação teoria e prática, devem estarem consonância com os espaços sócio-ocupacionais para o exercício profissional a partir de demandas reconhecidas pela profissão e requeridas pela sociedade (IAMAMOTO, 2009; LOPES, 2018).

3 CONCLUSÃO

A reflexão da formação profissional de Serviço Social na contemporaneidade aponta a necessidade de [re]elaborarmos o currículo de formação profissional, para que possamos dar concretude à direção social. Como destaca Iamomoto (2009, p. 195), a concretude de uma formação “capaz de atualizar-se nos vários momentos conjunturais”, para o nosso tempo atualização que considere tanto a Política de Educação Especial e a Lei nº 13.935/2019 (que reconhece e garante a inclusão do assistente social na educação).

Sabemos da importância da atuação profissional nas relações da produção e reprodução da questão social, pois, ele junto com outros profissionais desenvolve projetos emancipatórios para aplicação de ação da cidadania dos usuários. Nesse sentido, espera-se formar profissionais com conhecimentos e habilidades para atuar diretamente no campo da educação.

Portanto, a direção social, deve estar voltada para o fortalecimento dos sujeitos sociais, bem como para a oposição a todas as formas de discriminação, de

preconceito e exclusão, em respeito à cidadania. Então, a partir destes elementos define-se o perfil do assistente social que se quer formar.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. **-** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf >.Acesso em: 04 de ago. 2021.

BORGES, M. C. **Formação de professores**: desafios históricos, políticos e práticos/ Maria Cecila Borges. – 1. Ed. – São Paulo: Paulus, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf >. Acesso em: 04 de ago. 2021.

COSTA, V. A. Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais – Paraquê? In: **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares/ Theresinha Guimaraes Miranda, Teófilo Alves Galvão, organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2012. 491 p.

FROIS, E. A. G. A. **O processo de formação do assistente social:** desafio permanente. Tese [Doutorado] do Programa de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional/ Marilda Villela Iamamoto. – 18. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, M. G.**A Docência em Serviço Social:** formação profissional, condições de trabalho e desafios nas IES de Boa Vista-RR / Maria Gracileide Lopes. 2018.

MATOS, M. A. S. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva**: um diálogo entre a teoria e a prática na rede municipal de Manaus [manuscrito] / Maria Almerinda de Souza Matos; Tese [doutorado] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MENEZES, R. O.; SIMAS, H. C. P. Educação especial e formação inicial no contexto regional do Amazonas. **Transformación**, 16 (3), sept./dic., 2020, pp. 371-390.

SILVA, R. P. **A formação em serviço social em tempos de mercantilização da educação**: uma análise da expansão do ensino a distância. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade de Brasília: Brasília, 2013.